

# O ESTÁGIO EM SOCIOLOGIA E A ESCOLA: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE CONTEÚDOS AFROBRASILEIROS E A HISTÓRIA AFRICANA

Gustavo Lemos  
guto\_lemos88@hotmail.com

## Resumo

Neste artigo iremos abordar uma trajetória propiciada pelo III Estágio Supervisionado. Uma parceria entre a UNILAB e um Escola de Ensino Médio em Tempo Integral, com questões que foram observadas diante a implementação da Lei 10.639/03, juntamente com a inserção de universitários brasileiros e africanos dentro deste espaço escolar, em Redenção – Ceará. Esta escola de ensino médio tem o seu estilo de ensino diferenciado por conta de suas condições estruturais de localidade de onde seus estudantes vivem ou moram. Os procedimentos de pesquisa foram a observação e a realização de pesquisa quantitativa e qualitativa, realizada no decorrer do estágio. Conclui-se que a entrada de licenciandos estrangeiros no convívio escolar de estudantes trouxe um diferencial no tratar dos conteúdos da história e cultura afro-brasileira desta escola, principalmente do que diz respeito em dar veracidade nas informações e no conteúdo histórico sendo oferecido por um estrangeiro africano.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, Estágio em Sociologia, Escola básica.

## Introdução

A presente construção deste trabalho vem da necessidade da compreensão de questões como da lei 10.639/03, do racismo no âmbito escolar, sua abordagem dentro da escola, as experiências de estudantes com a temática, suas vivências e opiniões, suas percepções do tema racismo neste local de aprendizagem. Nesse sentindo, a pesquisa se desenvolveu pela compreensão do olhar de estudantes das três séries do ensino médio de uma escola pública localizada no centro de Redenção, em oportunidade do Estágio Supervisionado desenvolvido na mesma escola. Objetivamente, este artigo compreende e apresenta dados perceptivos de uma escola de ensino médio em tempo integral, de uma cidade do interior do estado do Ceará, na região do Maciço de Baturité, e como requisito final na trajetória de um licenciando/pesquisador, concludente do curso de Licenciatura em Sociologia.

Diante das possibilidades acordadas entre o licenciando/pesquisador em parceria com a escola/campo, metodologicamente falando, adotou-se uma abordagem de pesquisa tanto qualitativa quanto quantitativa, assim caracterizando este trabalho como uma característica mista dentro dos padrões de pesquisa, já pela necessidade de manuseio de técnicas metodológicas de ambas as formas. O ponto de partida se deu na análise da coleta de dados feita

na escola, que se iniciou após a elaboração e aplicação de um questionário online feito e disponibilizado no Google. Ao observar e pesquisar previamente sobre as condições ou o que os estudantes entendiam da lei e sua temática, utilizou-se um modelo de questionário construído pelo Programa Residência Pedagógica – subprojeto Sociologia (Unilab), Edital nº 20/2018 – PROGRAD/PRP/CAPES/UNILAB, que abordava questões da lei 10.639/03, assim como as deste artigo.

O questionário foi lançado e 64 estudantes conseguiram responder de forma consensual. Nele contém tanto questões fechadas quanto questões abertas que poderiam estimular a elaboração do discurso crítico de cada estudante. As questões envolvem todo o debate que é extraído de noções da lei 10.639/03 que trata da inserção na grade curricular das escolas de conteúdos afro-brasileiros, história africana, racismo, tudo sendo relacionado a parceria que vem acontecendo entre escola e universidade desta região, principalmente se tratando da Unilab com seu modelo diferenciado de valorização de todo o envolvimento histórico que existe entre Brasil e África, por sua matriz histórica. Falando desta forma, se é pertinente deixar claro que não excluo outras Instituições de Ensino Superior (IES) desse cuidado com a valorização histórica descrita, mas sim que a estrutura e base da idealização desta universidade se baseia nesta relação Brasil/África. Não esquecendo também que a UNILAB foi idealizada com base nesse novo modelo incrementado da Lei 10.639/03, já pensando na formação de novos professores com percepções já direcionadas junto a lei. Ressalto aqui outro envolvimento que acontece entre universidade e escola, onde se estreitam mais os laços, dando uma nova perspectiva para os seus egressos, que muitas vezes ocorre através dos programas e atividades que acontecem nessa parceria, que poderia acontecer de forma natural ou também pelo seu envolvimento dos encontros no cotidiano.

Outro fator pertinente a relatar seria o formato de como aconteceu esse processo que traz a universidade para escola e vice-versa. É perceptivo como se estabeleceu o ambiente escolar após esse envolvimento com a universidade, que de alguma forma acabou servindo como auxiliar no apoio da manutenção do ensino de estudantes do ensino médio e de contrapartida a escola vai cumprindo seu papel perante a parceria criada com a universidade, no intuito de viabilizar novos métodos, modelos, ou meios de ensino que englobam toda a conscientização da importância que África tem em relação ao nosso país.

Campo de pesquisa e perfil de estudantes: motivação

Dentro de uma construção social a escola tem seu papel. Em diversas sociedades ela é entendida como essencial para a construção do ser humano, como um local para se adquirir e/ou

trocar conhecimento e sabedoria. Apesar de suas diversas formas, formatos e nomes, ela é sempre percebida como um local de aprendizagem que tem como seu instrumento, o saber. Apesar de existir o conhecimento perpassado de nossas famílias e sociedade, a escola inicia bem na base de nossas vidas visando na construção do futuro. Dela, se espera, conseguir ter percepções voltadas a reflexão, juntamente ao pensamento crítico. Diversos estudos e pesquisadores discursam sobre o poder que a escola traz no apoio ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social de qualquer nação. Ela seria como um estímulo que se dá na inclusão social, cultural, buscando a formação do cidadão de uma forma geral, que consequentemente ajuda na construção ou preparação da sociedade. Assim afirma Oliveira sobre qual seria a funcionalidade do fator escola dentro do espaço sociedade:

A escola, enquanto um dos organismos da sociedade é o local por excelência para o desenvolvimento do processo de transmissão – assimilação do conhecimento elaborado. Isto é: a escola é o local onde o indivíduo estaria se instrumentalizando para atuar no social ao qual pertence. (OLIVEIRA, 1987, p. 92).

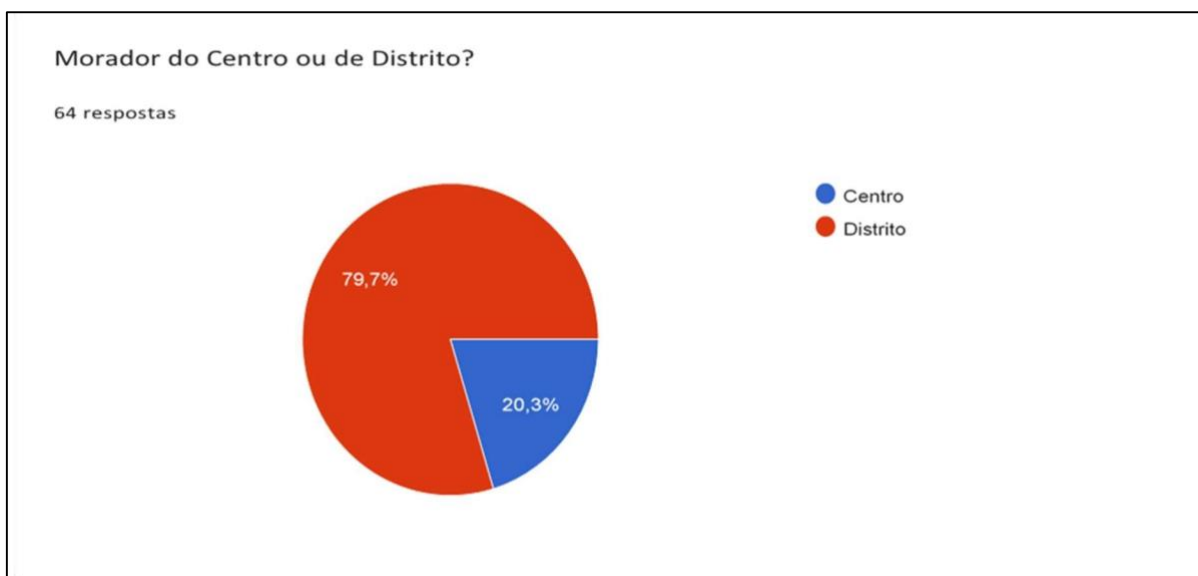
Outro fator relevante seria a potencialidade que a escola atrai nos que à permitem agir. Isso viria das diversas possibilidades de atitudes que cada cidadão tem ao produzir o seu próprio senso crítico. Segundo Lopes,

Entendo que o processo educativo na escola deve respeitar a liberdade e as especificidades de cada ser humano, deve atender as solicitações individuais para cada um se desenvolva de acordo com sua própria potencialidade, tendo em vista o assumir com responsabilidade e atitude crítica o seu papel de cidadão. (LOPES, 1995, p. 10)

Esta escola de Tempo Integral, localizada no bairro do Centro, na cidade de Redenção – Ceará, na região do Maciço de Baturité, possui um total de 151 estudantes regularmente matriculados, segundo os dados do Censo Escolar de 2019. Um dos principais motivos da escolha desta escola foi pela condição da realidade social de seus estudantes, pelas suas situações adversas, e pela oportunidade da realização do estágio I, II, e III na mesma. No entanto, ela se tornou dentre os espaços de experiências universitárias a mais próxima em vivências, contendo gestores, educandos e educadores. Nela, foi cumprida diversas visitas acadêmicas, cada uma delas com no mínimo uma hora de observações dentro da escola. Não esquecendo de salientar que em outros momentos se teve outras atividades correlacionadas não só as atividades que favorecem a construção deste artigo, já por conta de todo um envolvimento e vínculo que acaba se construindo entre licenciando/pesquisador e escola.

Uma das principais características desta escola, e que a torna uma escola diferenciada, seria que grande número de seu corpo discente é composto por estudantes de localidades mais distantes, principalmente das serras que norteiam a cidade de Redenção-Ce. Cidades pequenas

e do interior, normalmente sentem dificuldade em fornecer um ensino de qualidade, por diversos motivos e percalços encontrados na longa caminhada até o ensino, como por exemplo: a falta de verbas, de estrutura, de profissionais, gente qualificada. Contudo, um dos maiores problemas seria a distância para o acesso as aulas, mas a gestão municipal procura sempre manter uma política que fornece transporte aos estudantes, para que eles se locomovam até suas respectivas escolas, tanto na sede quanto nas localidades. Diante desta realidade, este trabalho segue focado nesta escola onde foi percebido um teor maior de dificuldades já por essa condição de que nela estão matriculados quase um total de 80% do corpo discente residentes das localidades. Segue abaixo o gráfico demonstrativo elaborado segundo os dados da pesquisa com os estudantes da escola, onde descreve uma amostragem percentual da localização da moradia destes, e com base na amostragem retirada dos 64 estudantes que responderam ao questionário eletrônico viabilizado através do Google:



(Gráfico 1 – Fonte: elaboração própria)

Esse foi o ponto de partida para aguçar a percepção do licenciando/pesquisador na produção deste trabalho acadêmico. Logo, foi tido um olhar diferenciado para a realidade e perspectiva destes estudantes, que por conta da distância da sede da cidade, estes acabam perdendo grande parte de tempo do seu cotidiano. Enquanto uns tem o privilégio de morar perto de sua escola e ganham tempo por isso, estes estudantes das localidades tanto tem que madrugar para chegar pela manhã na escola como chegam tarde em suas casas após o dia corrido de aulas, assim perdendo muito tempo com a locomoção. Estes, tem pouco tempo para revisão de matéria escolar, para outras atividades extraescolares, para diversão, para as redes sociais, para

momentos em família. Na maioria dos casos essas atividades ficam mais para os finais de semana.

### Enturmando-se com a Lei 10.639/03

Um artigo que trata das relações e embates entre a lei e o epistemicídio, de autoria de Santos, Pinto e Chirinéa (2018), conta-nos um pouco da história e de como foi acontecendo as percepções sobre as desigualdades, principalmente as voltadas para os negros, que com o tempo o movimento negro vinha se expandindo, e que essa expansão trouxe aos espaços públicos a reivindicação de pautas voltadas e pensadas para agraciar a população negra também, assim como diz o texto transcrito abaixo:

O movimento negro, a partir da década de 1970, travou enorme esforço para desvelar e elucidar as desigualdades raciais, todavia nem sempre com articulação e estratégia mais efetivas. Posto isso, a década de 1990 foi marcada pela redefinição de sua prática e teve em vista a reivindicação de políticas públicas para a garantia dos direitos básicos de negras e negros. Dessa forma, o movimento negro, com o decorrer do tempo, expandiu suas exigências e expectativas acerca da educação para a população negra. Passou-se, então, a reivindicar ações afirmativas voltadas à inclusão de pessoas negras em setores sociais até então dominados, sobretudo, pela parcela populacional branca e nos quais a participação negra era desigual. A partir de então, muitos projetos de lei de cunho antirracista foram propostos e debatidos. (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018, pp. 952-953)

Conceitualmente falando, uma lei seria o documento oficial, escrito por autoridades competentes, uma prescrição escrita que é imposta a indivíduos de uma determinada sociedade sob pena de sanções. Já a lei 10.639/03 é uma lei que estabelece alguns itens a serem transcritos dentro do currículo apresentado as escolas, que contém os conteúdos a serem ministrados em sala de aula.

A Lei 10.639/2003 questiona o currículo oficial. É por meio dele que se escolhem as prioridades do que ensinar ou não na escola e, por isso, houve uma naturalização de seus conteúdos como uma representação da verdade. O currículo é âmbito de construção política de representações oficialmente aceitas – de mundo, de sociedade, de pessoas – , das quais se entende que todo cidadão deva apropriar-se, dada a obrigatoriedade de frequência à Educação Básica no Brasil. Assim, a Lei 10.639/03 tem o potencial de permitir aos alunos negros o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira. (ALMEIDA; SANCHES, 2017, p. 57)

Sabe-se que uma lei estabelecida já é um grande avanço para determinados assuntos, porém torná-la efetiva dentro dos espaços educacionais, a fim de uma desconstrução da sociedade não seriam tarefas fáceis, para ambas as partes. Não se pode esquecer que essa desconstrução vem contra uma construção social enraizada desde muito tempo. Aqui seria todo

um trabalho de desmembramento, de conhecimento, de pertencimento, de aceitação, de conscientização, e de compreensão. É um trabalho árduo e minucioso. Uma desconstrução diária, que agregaria ao seu cotidiano, até mesmo como um estilo de vida.

No entanto, para compreender todo esse contexto histórico até chegar à implementação da lei, precisamos entender ou pelo menos ter uma noção sobre o sentido de algumas palavras ou expressões que utilizamos em nosso dia a dia. Estas podem nos dar uma base de que forma vivemos ou nos relacionamos com os outros e a nossa realidade, realidade esta, sendo atual e a que viveu os nossos antepassados, sendo baseadas em uma reprodução social. Primeira possível palavra a exemplificar seria a palavra escravo, onde podemos refletir que ela pode ser discriminada a pessoas posicionadas em determinadas situações, posições e condições trabalhistas (isso seguindo sua estrutura de conceito), mas ela não existiria sem a presença do significado da palavra trabalho, do que é o trabalho, e nem sem as formas ou condições trabalhistas que cada indivíduo exerce. Estruturalmente, a palavra escravo precisa de ambas as condições para ter seu entendimento bem esclarecido, assim podendo propiciar uma reflexão mais clara sobre a temática da implementação da lei 10.639/03 na estrutura do contexto educacional do Brasil.

Na análise feita no artigo de Almeida e Sanches, em 2017, eles conseguem destacar alguns percalços encontrados inicialmente na implementação da lei. Diversas intervenções foram sugeridas, como dizem:

Identificamos, na análise desses levantamentos, diversas dificuldades no processo de implantação da Lei 10.639/2003, relacionadas à formação de profissionais de ensino, à disponibilidade e à divulgação de recursos para o ensino, à intolerância religiosa, entre outros. Esses fatores indicam pouca preocupação em estabelecer vínculos entre políticas públicas relacionadas a essa lei (incluídas a própria lei e suas regulamentações posteriores) e entre elas e as demais políticas educacionais, o que garantiria certo grau de coesão entre as políticas, favorecendo a implementação de todas elas. Consideramos, ainda, que o cerne dos problemas enfrentados na execução da Lei 10.639/03 encontrase na sua inserção em um sistema educacional com bases ideológicas racistas. (ALMEIDA; SANCHES, 2017, p. 59)

Nesse sentido, para o autor, a implantação da lei ajuda na conferência, no esclarecimento, e no desmembrando dela, por conta de uma série de associações racistas feitas em nossa estrutura social, onde também muito se refere ao sentido da palavra africano. Esta seria uma das principais delas, a expressão escravo sendo agregado a palavra africano. Contudo, existe todo um contexto histórico onde esse entendimento e toda uma sociedade agrega uma ideia estereotipada de que africano fosse sinônimo de escravo, de pobre, de preto, de seca, de fome. Logo, ao inserir estudos sobre a história de África nos conteúdos escolares, esperava-se que muitos destes discursos ignorantes e até mesmo errôneos fossem sendo quebrados, pois a

partir de então, após toda essa facilidade de acesso as informações, se tornou mais possível o saber e o conhecer sobre a real história que aconteceu em África e sua relação com Brasil. Outro erro bem recorrente e as vezes imperceptível, é ao se referir a um “escravo africano”, onde não se percebe que ninguém é escravo, e sim que as pessoas foram e são escravizadas, aí também existe uma diferença, possivelmente seria correto se referir ao “africano escravizado” ou ao “escravizado africano”. Durante muito tempo na história da humanidade, foi construída essa ideia onde o termo escravo era tido como uma condição natural das pessoas, e isso foi e vem sendo naturalizado de uma forma tão forte que acabou se apontado como uma característica inerente do ser humano, e que carrega seu peso preconceituoso, com teor pejorativo. A lei 10.639/03 traz uma nova roupagem, uma nova proposta para as diretrizes curriculares que competem ao estudo da história, e o da cultura africana e afro-brasileira, os ajudando a refletir sobre estas palavras e posicionamentos.

Em um artigo do ano de 2012, da autora Nilma Lino Gomes, ela trabalha todo um discurso voltado para a importância dos currículos e o aponta como parte de uma relação humana, que o processo escolar faz parte dessa construção do currículo, que existe uma relação em que os currículos são condicionadas as classes e a condição social de cada indivíduo, até chegar a visão da autora sobre a educação e a descolonização dos currículos, afirmando:

Portanto, a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente.... Esse processo poderá, portanto, ajudar-nos a descolonizar os nossos currículos não só na educação básica, mas também nos cursos superiores. (GOMES, 2012, pp. 107-108).

Mais à frente a autora expõe as possibilidades encontradas na lei. E afirma que a ideia de descolonizar os currículos é o desafio para a educação escolar, segundo a lei 10.639/03 (GOMES, 2012, p. 102). Dentro deste escopo, segundo a autora, mais desafiador seria a necessidade de formar professores que tenham um maior tato e cuidado ao tratar de questões raciais que foram silenciadas por toda a história. No entanto, ela afirma todo esse cuidado que se deve ter ao olhar para essas “minorias” que acabam sendo marginalizadas. A lei viria para apoiar ou impulsionar estas. Assim:

Numa perspectiva de descolonização dos currículos e na compreensão das rupturas epistemológicas e culturais trazidas pela questão racial na educação brasileira, concordo com o fato de que esse olhar é um alerta importante. A compreensão das formas por meio das quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira desconectada com a vida social mais ampla e até mesmo discriminadas no cotidiano da

escola e nos currículos pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional. (Gomes, 2012, p. 104)

Outros(as) autores(as) também apontam fatores dificultosos desse processo construtivo na implementação da lei. Como na citação do artigo que segue:

Ainda que as equipes escolares consultadas pelos diferentes estudos relatem conhecer a lei, saber o teor de suas prescrições e também seu caráter obrigatório, nota-se que o desconhecimento teórico e epistemológico sobre a dinâmica das relações étnico-raciais, bem como acerca de conteúdos específicos sobre fatos, histórias, conceitos, descobertas e avanços tecnológicos dados a partir de uma matriz afro-brasileira constitui um quadro que impede que a implementação da lei avance para além de marcos e discussões pontuais. O desconhecimento acerca dos conteúdos específicos está vinculado à falta de formação básica dos professores e demais membros das equipes escolares para preencherem tais lacunas com dados e entendimentos das culturas, línguas, histórias e costumes africanos e afro-brasileiros que compõem direta ou indiretamente nossa organização social e nossas práticas cotidianas, mas que somos impedidos de (re)conhecer devido ao fato de sermos levados a conhecer e reconhecer o mundo a partir de um prisma eurocêntrico que, no limite, refuta a validade de outras formas de conhecimento e práticas... (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018, p. 957-958)

O artigo das autoras Florentina da Silva Souza e Letícia Maria da Souza Pereira, de 2013, aponta algumas ações efetivas que ajudariam na implementação da lei 10.639/03, em que se procura abranger todos os espaços da educação. As autoras trabalham com um discurso inicial contendo toda dificuldade que foi encontrada dentro do desafio da implementação desta lei. Procurou também realizar esta pesquisa dentro das mais diversas partes e locais mais diversos de ensino, em prol de uma abrangência de como pode ou não ocorrer a inserção desta nova lei para a educação. Veja a diversificação dos tipos de escolas escolhidas para as pesquisas de campo selecionadas:

Na capital baiana, a Escola Municipal 1 possui 10 salas de aula, uma biblioteca, 3 salas administrativas, 3 banheiros e 1 pátio; já a Escola Estadual 2 possui apenas 6 salas de aula e uma sala administrativa, copa, brinquedoteca, 3 banheiros e 1 pátio. Ambas se localizam na região metropolitana de Salvador, que dispõe de um pequeno comércio e disponibilidade restrita de serviços, com grande atuação do tráfico de drogas e índices expressivos de violência. Situada também num bairro popular, a Escola Municipal 3, de médio porte, no município de Jequié/BA, funciona em um antigo ginásio de esportes da cidade e não tem biblioteca. No Estado de Sergipe (indicada pelo CEERT), uma escola estadual de nível médio (Escola Estadual 4), conhecida por sua “excelência”, fica localizada em um bairro residencial no centro da capital sergipana. Possui 22 salas, 8 laboratórios, 5 banheiros, 2 vestiários, 1 refeitório, uma quadra, uma sala do grêmio estudantil, entre outros. A Escola Estadual 5 situa-se em um bairro de muitas manifestações culturais de São Luís/MA. O colégio apresenta um amplo espaço: aloca 37 salas, 7 laboratórios, duas quadras, 1 auditório, uma sala dos/as professores/as, 13 banheiros com chuveiro e uma biblioteca. E no Estado do Ceará (indicação da SMED), uma escola que atende à educação infantil e ao ensino fundamental (Escola Municipal 6), no município de Horizonte, situa-se na zona rural, isolada do centro da cidade, de difícil acesso. A escola possui 5 salas de aula, uma cantina, 1 almoxarifado, 1 depósito, uma secretaria, 3 banheiros e 1 corredor onde funciona uma “biblioteca”. (SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 54)



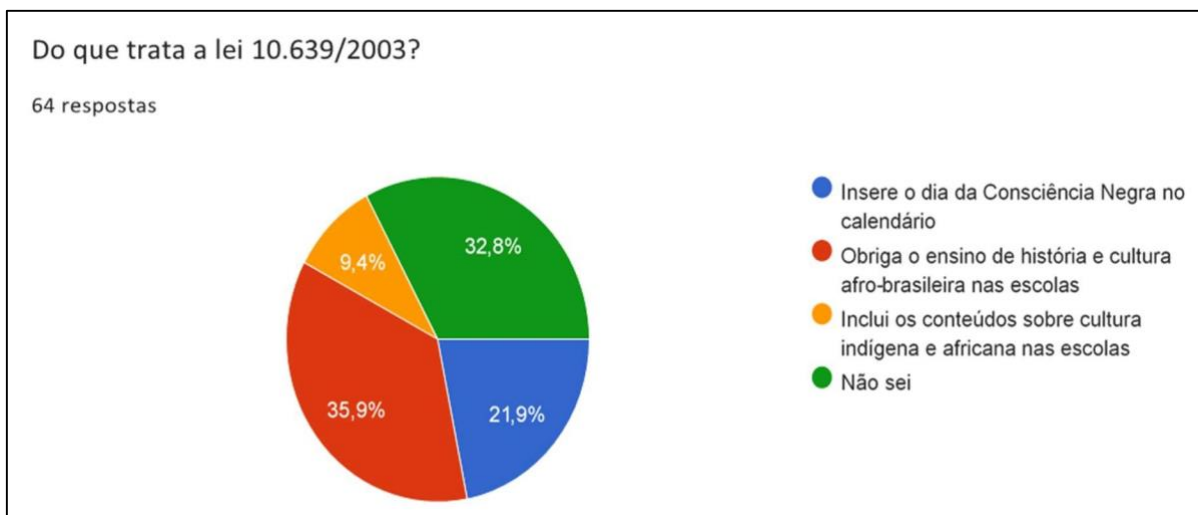
Neste artigo, as autoras acharam pertinente ter esse cuidado de escolher uma diversificação de campos, já pensando na possibilidade e na viabilidade de a implementação da lei acontecer em escolas com estruturas e características diferentes.

Seguindo neste artigo de Souza e Pereira (2013), percebe-se que mesmo após 10 anos de lançamento da lei 10.639/03 algumas dificuldades ainda continuam a persistir. Muito dessa implementação já foi alcançada, porém o desafio continua.

De modo geral, no tocante à interpretação da Lei e dos objetivos das políticas de reparação, reconhecimento e valorização da história e cultura afrodescendentes no Brasil, não foram atribuídos sentidos que viabilizassem a materialização de práticas pedagógicas consistentes. Isto é, as prefeituras, em alguns casos, devido à obrigatoriedade ou por compreensão da necessidade, propõem e implementam políticas mais gerais que não propiciam o alcance dos objetivos ou diluem a sua eficácia de tal modo que se torna difícil afirmar que as práticas refletem ou ecoam propósitos políticos de reparação ou de afirmação das identidades colocadas à margem do discurso nacional. (SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 63)

Nas aulas de História, expressamente, era onde possivelmente seria lembrado o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no Brasil, e também através de temas como da escravidão negra africana. Cada escola ou núcleo educacional, junto com seus gestores e professores, em planejamento, dentro das suas diretrizes e regimentos escolhem os conteúdos que devem ser abordados em sala de aula. Logo, a condição da aplicação dos estudos sobre as temáticas de matriz africana, ficavam sobre a avaliação de pertinência de cada instituição educativa. Resumidamente, o texto da presente lei pretende deixar explícito que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana se tornaria obrigatório em todas as escolas, sejam elas das mais variadas, particulares ou públicas, começando do ensino fundamental e seguindo até o ensino médio.

Voltando para a pesquisa realizada, objeto desse texto, na instituição de ensino, um dos questionamentos estipulava o que tratava a lei 10.639/03 e o entendimento dos estudantes diante dela, mesmo que de forma bem reduzida. Percebeu-se que nesta escola boa porcentagem já entende do que trata a lei (35,9%), porém 63,4% dos estudantes que responderam ao questionário não quiseram opinar ou não compreenderam a ideia apresentada pela lei.



(Gráfico 2 – Fonte: elaboração própria)

Como o gráfico foi criado a partir dos dados tabulados do questionário, e consensualmente respondido pelos estudantes, não esquecendo também que por ele ser apenas uma amostragem e pelo alto índice de estudantes que não opinaram ou não sabiam responder, abre margens para outras diversas possibilidades de respostas, como o não entender ou dominar o assunto, o medo de responder errado, o realmente não saber sobre, apenas não querer responder. Estas seriam suposições que supostamente responderiam aos que ficaram nessa porcentagem.

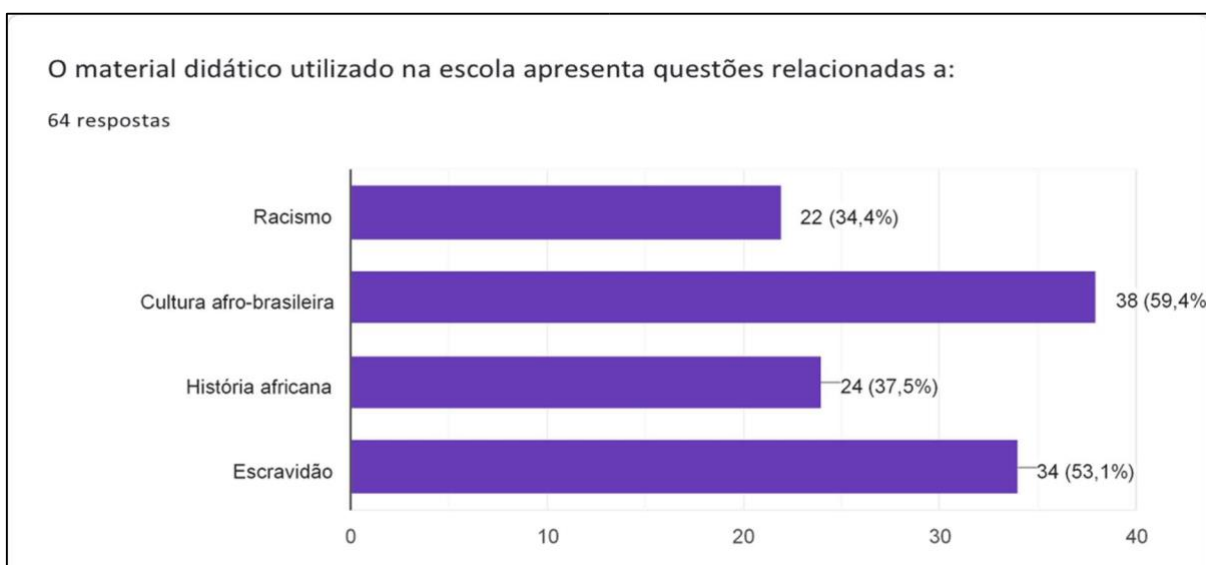
### Contribuições da escola junto a Lei 10.639/03

Apesar de todo um cuidado que a escola apresenta ter com as questões transcritas na Lei 10.639/03, outra contribuição que deve ser ressaltada e que não deixa de ser pertinente a sua lembrança, seria o seu material didático. Especificamente, o livro utilizado para o manuseio dos estudantes nas aulas de Sociologia é muito rico, e consegue conter uma forte carga de assuntos e questões voltadas ao estudo da história e o da cultura africana e afro-brasileira. No livro didático de Sociologia (Sociologia em Movimento, 2016) utilizado nesta escola, percebe-se presente diversos assuntos que auxiliam no entendimento sobre os principais pensadores e teorias da Sociologia. Seus diversos autores/colaboradores o nomearam não como um livro, mas sim, como um curso de Sociologia em volume único, com seis unidades e quinze capítulos. Nele as teorias clássicas são abordadas de forma bem objetiva e simples, já pensando na facilidade do entendimento de estudantes, e consequentemente citando teóricos clássicos e contemporâneos. Seu formato estrutural propõe diversas possibilidades para o aprendizado,

contendo até sugestões atuais e tecnológicas que servem de eventuais exemplos para cada um destes assuntos. Tanto a disciplina de Sociologia quanto a construção de um livro didático voltado para ela foram o resultado de uma reviravolta histórica de direitos adquiridos após a repressão do Regime Militar, onde este livro didático Sociologia em Movimento relembra,

O retorno da Sociologia ao Ensino Médio brasileiro resultou das pressões decorrentes de um intenso processo de mobilização e participação política da sociedade civil na luta pela democracia e pelo exercício da cidadania após um longo período de ditadura militar. [...] A inscrição da Sociologia como disciplina obrigatória em todas as escolas representa o reconhecimento legal da importância do conhecimento das Ciências Sociais como parâmetro fundamental na formação do jovem brasileiro como ser humano, bem como a valorização de uma educação democrática em uma formação humanista e cidadã. (2016, p. 35)

Neste livro, e a presente descrição de luta acima citada, comentando sobre a inserção da disciplina da Sociologia como obrigatória para contribuir na construção do ser humano, de um ser humano cidadão, de certa forma também reintegra essa construção da modificação da grade curricular escolar prevista pela lei. No caso, a disciplina viria posteriormente junto da ideia de dar sequência ao processo de implementação da lei 10.639/03. Porém, o estudo da disciplina da Sociologia como obrigatória veio com a lei 11.684/08, que acaba servindo como mais um apoio nessa longa caminhada até chegar à implementação da lei 10.639/03. Mais um fator pertinente que deve ser observado dentro das respostas dos estudantes ao questionário, viria da abordagem da temática que é estabelecida na lei e apresentada em seu livro didático. Segundo o quadro que estabelece as condições e temas abordados no livro didático da escola, a temática do racismo estaria na 4ª colocação na porcentagem (34,4%) e o tema da Cultura Afro-brasileira ganha como tema de maior abrangência no livro, com 59,4%, isso dentro das opiniões transcritas pelos estudantes que responderam ao questionário. Segue o gráfico demonstrativo abaixo:



(Gráfico 3 – Fonte: elaboração própria)

Dentre as desconstruções e a implementação da lei, se percorre todo um processo árduo e delicado de trabalho e dedicação. Não esquecendo que para chegar a uma implementação de uma lei, com êxito, seria preciso de alguns equipamentos tanto estruturais quanto preparatórios. Estes equipamentos conseqüentemente seriam profissionais já envolvidos ou dominadores dos assuntos a serem explanados, propostas de uma didática adaptada, materiais didáticos adequados, sendo que toda essa readequação custa tempo, trabalho e planejamento. Segundo os dados apresentados, em nível de reconhecimento e efetivação da aprendizagem da lei e suas diretrizes, ainda há muito a se trabalhar, mas também já foi alcançado muito.

#### Impacto universitário dentro da escola

O programa que engloba o Estágio Supervisionado em Sociologia da UNILAB, inicialmente tem seu peso como uma das disciplinas obrigatórias para a conclusão do curso. Esta também seria mais uma experiência acadêmica na formação do licenciado em Sociologia, e uma possibilidade de parceria de troca entre universidade e escola. Possíveis outros pesos que podem ficar entendidos ou subtendidos nesta relação, viriam de uma preocupação com o âmbito escolar para a formação dos estudantes, o desenvolvimento tanto deles como da escola em geral, e por fim novas possibilidades de desenvolvimento e crescimento de uma vida em sociedade na cidade de Redenção-Ce.

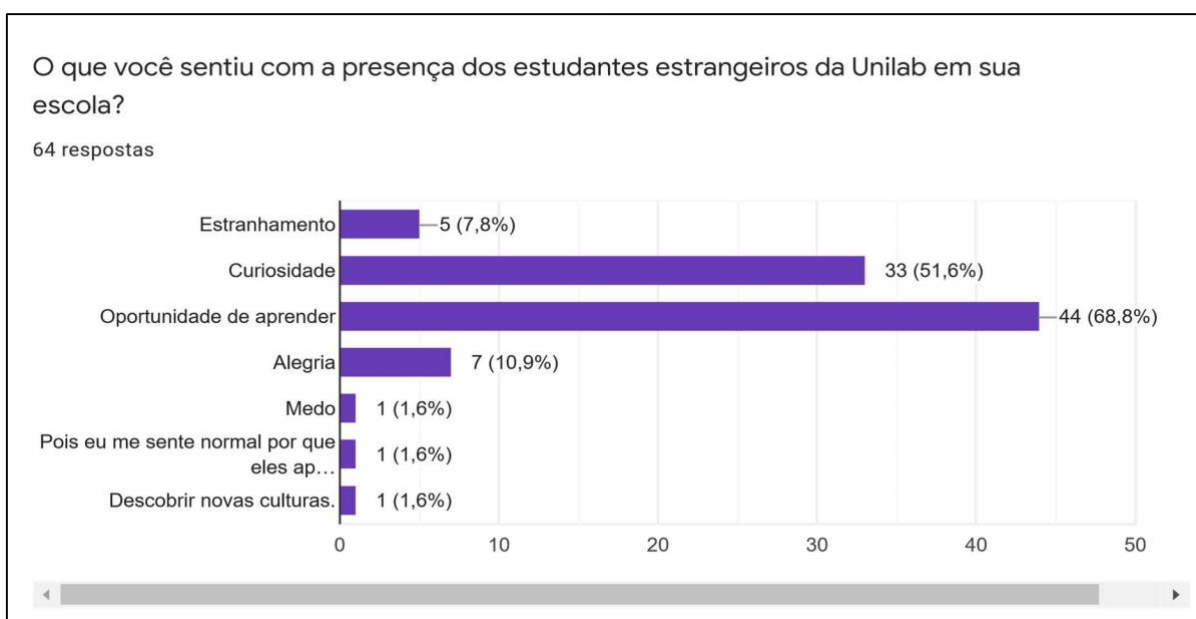
Aqui, seria justo se referir a relação estabelecida entre escola e universidade como um sistema de troca, pois ambas as partes conseguem interagir de forma tranquila e parceira. Uma colaborando com a outra em prol do conhecimento, do desenvolvimento, do crescimento do social em geral. Essa relação de troca criada entre ambas pode ser distinguida assim, segundo Ana Maria Saul:

As relações de poder que se estabelecem entre universidade e rede de ensino básico, público, acabam colocando a primeira em situação de tutela em relação à segunda, reforçando a imagem de que a universidade é que produz e detém o saber, e a escola básica aplica os saberes produzidos e suas práticas. (SAUL, 1993, p. 65)

Essa interação entre o ambiente escolar e a universidade abre margem para um universo de discursões que deixaria esse trabalho extremamente extenso. Mas percebeu-se que em específico, pelo diferencial e a importância do nível de instituição parceira que é a UNILAB, tudo acaba se tornando mais impactante ainda. O projeto universitário da UNILAB, grosseiramente falando, é basicamente uma construção de um intercâmbio entre os países

lusófonos, mas em sua grande parte do intercâmbio dos Campus de Redenção/Acarape-Ce ocorre, principalmente, com estudantes do continente africano.

No entanto, outro fator que chamou a atenção dos estudantes, causando estranheza e até mesmo um desconforto, principalmente na hora do intervalo e nas regências, seria a inserção de licenciandos estrangeiros da universidade dentro da escola. Apesar de os estudantes já terem os encontrado por toda parte da cidade de Redenção, o conhecer, o conviver, o conversar, o partilhar vivências em um espaço como o da escola é muito engrandecedor. Todo esse envolvimento gera curiosidades. Logo, sempre se via ali um diálogo de troca de experiências, conversas propiciando uma troca cultural, que acaba desmistificando todo e quaisquer imaginário que se tinha ou não, de ideias de como é o Africano e de África, como por exemplo. Essa aproximação ou curiosidade é bem normal ao se deparar com o novo. O questionário aplicado também se preocupou com essa inquietude da parte dos estudantes, e incitou a declaração de cada sentimento que estes sentiram com a presença destes estrangeiros dentro da sua escola. Veja o gráfico das consequentes respostas a seguir:

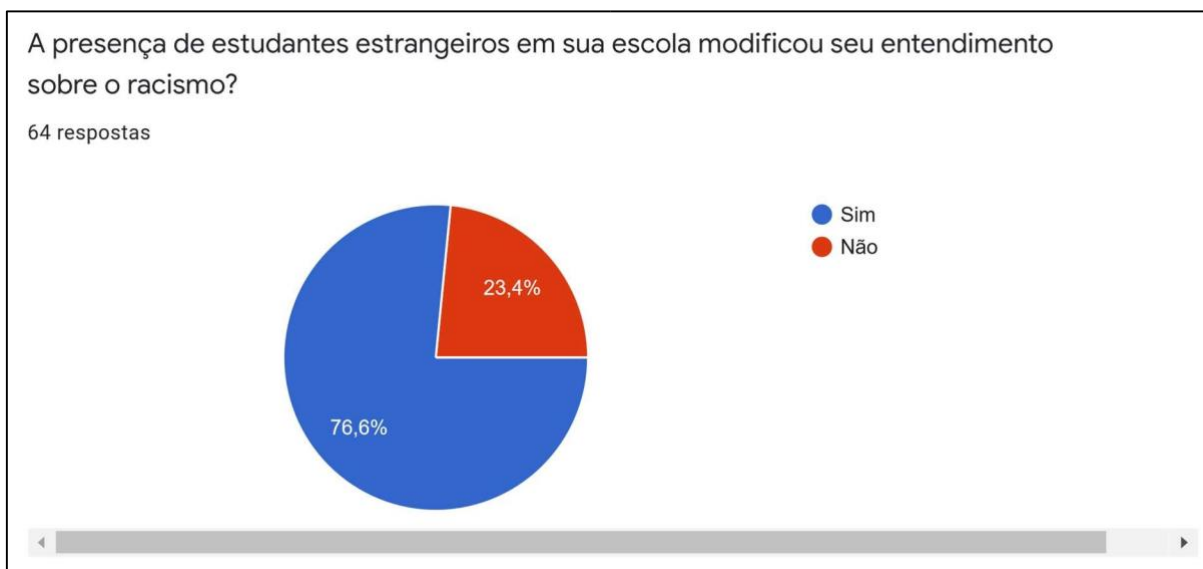


(Gráfico 4 – Fonte: elaboração própria)

Como demonstra o quadro do gráfico elaborado acima, segundo a opinião de 51% dos que responderam ao questionário, a entrada de estrangeiros na escola causou curiosidades, mas além destes, um total de quase 69% da opinião de outros, viram nessa relação uma oportunidade de aprendizagem. Outras possibilidades de aprendizagem nesta escola, e principalmente com a ajuda dos estagiários e africanos, seria o cuidado com atividades direcionadas com a temática do racismo. Percebeu-se uma maior importância que se dava as atividades relacionadas ao

racismo quando era um estagiário que ministrava ou quando algum deles estava em seu momento de fala.

Uma das perguntas do questionário se direciona para essa ideia perceptiva do entendimento de cada estudante sobre o tema, e de que forma esse entendimento aconteceu, quais influências poderiam ter o ocasionado. Veja:



(Gráfico 5 – Fonte: elaboração própria)

Estes seriam alguns dos relatos que alguns dos estudantes descreveram sobre a contribuição que a universidade propiciou sobre a temática do racismo também:

Estudante 1: “Sim, e que com eles a gente aprende muita coisa que não devemos ter racismo com ninguém”.

Estudante 2: “Sim, para mostrar que todos somos iguais que todos somos seres humanos que cor não define nada”.

Estudante 3: “Sim, pessoas de diferentes etnias também podem ter oportunidades para estudos”.

Estudante 4: “Eles ensinando um pouco mais do que a gente não sabe”.

Estudante 5: “Sim contanto histórias de pessoas que já vivenciaram é vivem preconceito por conta da sua cor de pele”.

Os 64 estudantes, mesmo que diretos, sucintos, ou até mesmo objetivos em suas respostas sobre essa contribuição universitária fornecida pela UNILAB, não deixaram de dar a

sua colaboração em respostas das perguntas. Conforme as respostas de 5 estudantes acima citados, consegue-se ter uma noção de como a parceria com a universidade os ajudou no entendimento e na valorização de assuntos como o em específico, o racismo.

## Conclusões

A entrada de licenciandos estrangeiros no convívio escolar de estudantes trouxe todo um diferencial no tratar dos conteúdos da história e cultura afro-brasileira desta escola, principalmente do que diz respeito em dar veracidade nas informações e no conteúdo histórico sendo oferecido por um estrangeiro africano. Isso seria uma das observações feitas em campo, e uma percepção analítica da valorização no olhar dos estudantes desta escola. Essa foi a primeira contribuição que foi percebida na colaboração entre universidade e escola. Obviamente, para eles, em sua maioria, que agregavam essa atenção que se dava mais aos universitários estrangeiros, como principal fator, não a carga da curiosidade vinda de estranhos dentro da escola e nem de se tratar de um universitário, mas sim da sua condição de se tratar de um estrangeiro, como se apenas a característica de ser um estrangeiro os definisse. E o que afirma essa percepção seria as declarações feitas pelos estudantes ao responderem o questionário, que sempre se enquadravam em um perfil de valorização desse estrangeiro dentro da escola.

No entanto, essas relações entre estudantes da escola e universitários estrangeiros vão criando corpo, e ajudando na colaboração do processo de aprendizagem. O vínculo que se estabeleceu no geral entre a escola junto a universidade gerou laços que ajudaram na viabilidade de um processo educativo fenomenal, no que diz respeito a uma ajuda no caminho da formação de cada um de seus estudantes, possivelmente, eles ali, se já não eram pessoas conscientes das diferenças, passaram a ser ou a refletir sobre, e quer queira ou não, isso já é um grande avanço. Trazer debates, encontros, palestras, vivências das mais diversas transporta estes pequenos momentos em grandiosos para a formação de cada aluno que está ali participando.

Logo, todo esse processo entra como um ponto de partida para a viabilidade dessa transição de implementação da lei. Todas essas questões aguçam o poder individual desconstrutivo, pois ali se observam outras posições, outras opiniões, outras vivências, outros questionamentos, para que aqueles estudantes consigam refletir que existem outras verdades, outras histórias que não foram ditas, ou foram esquecidas, ou deixadas de lado. Essa seria uma das possibilidades ocasionada pela Lei 10.639/03, que por sua vez, possivelmente, pode chegar

a uma desconstrução, que sim, poderá ser grande aliada na formação de uma sociedade mais justa e consciente de sua história. Seguindo uma visão do micro para o macro regional, sendo comparado a uma semente que se planta e germina. Mas é sempre bom salientar que todo este trabalho não tem o papel de habilitar estes estudantes a um novo sistema, mas sim dar possibilidades, abrir os horizontes do poder crítico individual destes.

Por fim, sugiro que ainda se continue de forma árdua a luta por uma construção e implementação de uma educação mais igualitária, que abranja todas as hastes e espaços educacionais, a fim de conseguir alcançar todos os mais diversos povos, raças, etnias, culturas, classes. A construção da lei 10.639/03 nos dá certa segurança, nos propõe e viabiliza estas possibilidades. Porém, sugere-se ir além, e chegar até o desafio de tudo isso ser repensado e trabalhado com o vigor, o mesmo encontrado no olhar de um recém graduado, que sempre sai do meio universitário querendo transformar um mundo lá fora. E que não se esmoreça diante das possíveis dificuldades impostas pelo choque de realidade que pode ocorrer ao se deparar com a extensão que o mundo tem e seus diversos impasses.

#### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. Proposições, [s.l.], v. 28, n. 1, pp.55-80, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DOMINICES COUTINHO FERNANDES, V. M.; MARQUES, W. R.; ROCHA, L. F. DE B. V. A Lei nº 10. 639/2003 e alguns percalços para sua implementação nas escolas: um destaque para a formação específica dos professores no âmbito do atendimento voltado às relações étnico-raciais no Maranhão. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 11, n. 22, p. 45-58, 2 dez. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/win/Downloads/2019.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FARIAS, Maria Sabino de (et al). Didática e Docência: aprendendo a profissão. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

FLORENCE, Weber; STÉPHANE, Beaud. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos; tradução de Sérgio Joaquim de Almeida; revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOMES, Nilma Lino. “Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos”. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, Jan/Abr 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/win/Downloads/5\\_Gomes\\_N%20L\\_Rel\\_etnico\\_raciais\\_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf](file:///C:/Users/win/Downloads/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

LOPES, Ademil. Escola, socialização e cidadania. São Carlos: EDUFCar, 1995.



OLIVEIRA, Betty A. DUARTE, Newton. Sociologia do Saber Escolar. 3ªed. São Paulo: Cortez, 1987.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n.10, pp.58-78, jan/fev/mar/abr 1999.

SANTOS, Elisabete Figueroa do; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. EDUCAÇÃO E REALIDADE, v. 43, pp. 949-967, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/win/Downloads/2018.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

SAUL, Ana Maria. Formação permanente de educadores na cidade de São Paulo. São PAULO: Cortez, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Sociologia em movimento. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SOUZA, Florentina da Silva; PEREIRA, Leticia Maria da Souza. Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços. Educar em Revista, n. 47, pp. 51-65, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/win/Downloads/2013.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.

Gustavo Lemos

Graduado em bacharelado em Administração de Empresas no Centro Universitário Estácio do Ceará. Graduado em bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Graduando em Licenciatura em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.